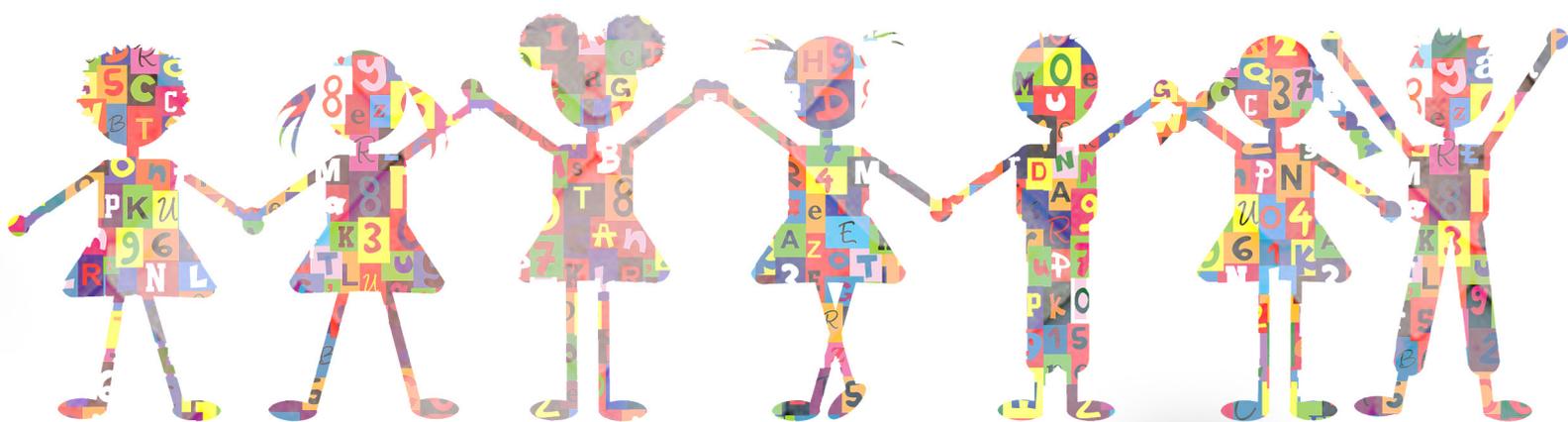


# Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2

Camila Rodrigues dos Santos  
Elda Silva do Nascimento Melo  
(Organizadoras)

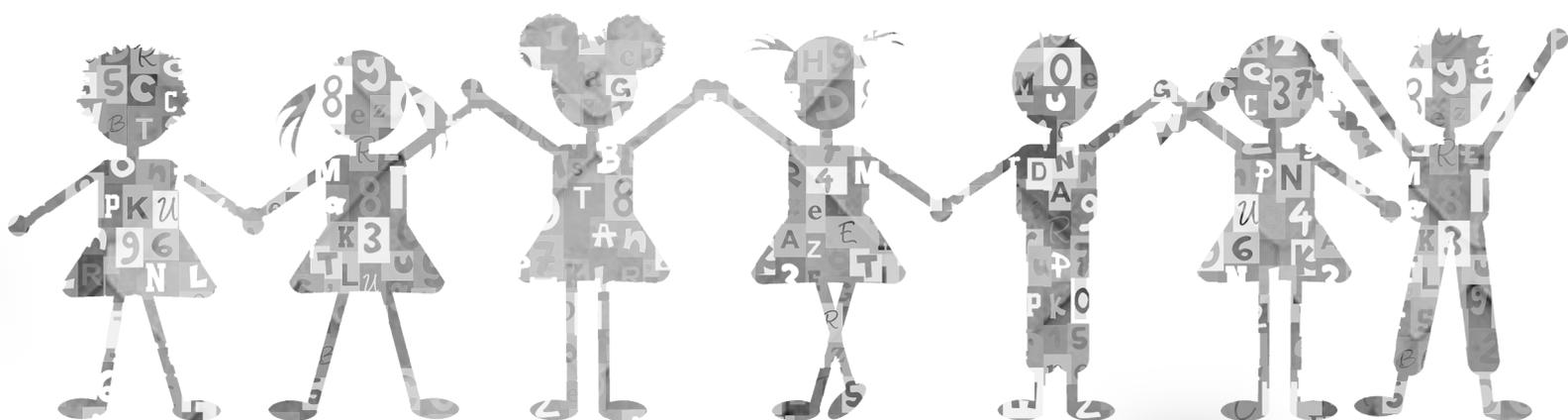
**Atena**  
Editora  
Ano 2019



# Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2

Camila Rodrigues dos Santos  
Elda Silva do Nascimento Melo  
(Organizadoras)

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	<p>Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental 2 / Organizadoras Camila Rodrigues dos Santos, Elda Silva do Nascimento Melo. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-722-2 DOI 10.22533/at.ed.222191810</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Ensino infantil. 3. Prática de ensino. I. Santos, Camila Rodrigues dos. II. Melo, Elda Silva do Nascimento.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Acompanhar a criança em seu processo de ensino/aprendizagem na escola exige uma série de conhecimentos. Esses devem partir de uma formação em que os(as) professores(as) se constituem profissionalmente, por meio da compreensão de conhecimentos pertinentes a relação teórico-prática, da compreensão da historicidade da educação e dos conhecimentos de forma crítica e reflexiva de políticas públicas educacionais.

No Brasil nas últimas décadas tem se experimentado um acelerado processo de mudanças, no que se diz respeito às formas em que a política se apresenta, assim como, pelo engajamento e expressividade das lutas sociais em defesa da educação, da democracia, da ética na política e na defesa da escola **pública**. Pautados na visão de que a educação é um bem significativo na sociedade, capaz de conduzir a emancipação dos sujeitos sociais, concordamos com a visão de Paulo Freire, quando afirma que a educação não transforma a sociedade, mas a educação transforma pessoas, pessoas que constituem a sociedade e essas podem modificá-la. Nessa preposição de reflexão, destacamos a importância das políticas públicas educacionais para a transformação e emancipação da sociedade.

Sabemos que as políticas públicas se configuram em intervenções governamentais com vista a atender demandas postas pela sociedade em determinada área de atuação do Estado. Considerando o interesse de professores(as), estudantes, pesquisadores e demais interessados pela temática, apresentamos, nessa obra, uma série de estudos e pesquisas, tanto de cunho referencial teórico como relatos de experiência, que estão pautadas no marco legal das “Políticas Públicas da Educação Brasileira”. Neste livro abordaremos, mais especificamente, as políticas que fazem referência às etapas da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, primeiros níveis da constituição da educação básica no Brasil.

As políticas públicas em discussão nesta obra, pautam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e suas atualizações, nos Parâmetros Curriculares Nacionais 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série (1997), nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1998), nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e na Base Nacional Comum Curricular (2017). Esses documentos são responsáveis por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileira.

O livro está organizado em duas partes. Na primeira parte, “Referencial teórico”, foram desenvolvidos textos que tratam de pesquisas teórico/legais. Portanto, constitui-se de cinco capítulos que têm como abordagem metodológica a revisão literária e documental, porém cada um deles tem um recorte de uma determina temática educacional. Suas reflexões são frutos de pesquisas sobre literatura infantil, jogos e brincadeiras, educação inclusiva, o ensino de matemática e um programa de formação continuada para professores(as) alfabetizadores. Em todos os textos

buscou-se trazer subsídios para a formação de professores(as), no que diz respeito ao desenvolvimento de uma prática consciente e transformadora na educação básica.

Na segunda parte, “Experiências didático pedagógicas”, foram selecionados doze textos de experiências desenvolvidas em diferentes escolas, todas da rede pública, em que a abordagem metodológica baliza-se nos relatos de experiência. Estas foram realizadas desde bebês até crianças do ensino fundamental I. Nesses textos, foram abordadas temáticas diversas e bastante ricas, partindo da musicalidade na infância; passando pela formação continuada de professores(as); por trabalhos significativos, como pintura de dedo, contos de história, linguagem oral, projetos pedagógicos, conhecimento de animais; reflexões sobre o fazer docente; práticas pedagógicas no berçário; atendimento educacional especializado e consciência fonológica na linguagem escrita. Essas experiências exitosas, que têm como objetivo promover aprendizagens significativas, foram apresentadas e discutidas visando impulsionarem os Centros Infantis e as escolas de Ensino Fundamental a retomar, revisar e ampliar suas concepções e metodologias para desenvolver experiências didático-pedagógicas que sejam pautadas nos documentos oficiais e garantam o protagonismo das crianças em processos de aprendizagem significativa.

Deste modo a obra “Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental” – volume 2, apresenta um conjunto de textos em que propomos aos leitores uma contribuição aos debates teórico/práticos sobre o ensino/aprendizagem de crianças. Com pesquisas fundamentadas e resultados práticos obtidos pelos diversos professores(as), apresentamos textos que contribuem para pensar a educação de crianças de maneira concisa e didática. Destacamos a importância da divulgação científica, como também, evidenciamos a estrutura da Atena Editora, que oferece uma plataforma consolidada e confiável para pesquisadores exporem e divulgarem seus resultados.

Que essas experiências contagiem e sejam ressignificadas e transformadas em muitas outras experiências, com o intuito de se oferecer educação pública de qualidade para todas as crianças deste país.

Camila Rodrigues dos Santos  
Elda Silva do Nascimento Melo

## SUMÁRIO

### REFERENCIAL TEÓRICO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
OS BEBÊS E OS LIVROS: UM UNIVERSO DE NOVAS PERCEPÇÕES LEITORAS	
Adriana Diniz F. de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.2221918101	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
O JOGO DRAMÁTICO E SUAS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - FAIXA ETÁRIA DE 4 A 5 ANOS	
Tânia Noemia Rodrigues Braga	
DOI 10.22533/at.ed.2221918102	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTISMO INFANTIL	
Karine Feitosa Carlos Santana	
DOI 10.22533/at.ed.2221918103	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE PROBABILIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Talita Emídio Andrade Soares	
Denilson Junio Marques Soares	
DOI 10.22533/at.ed.2221918104	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA, UMA NECESSIDADE PERMANENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PNAIC	
Camila Rodrigues dos Santos	
Elda Silva do Nascimento Melo	
DOI 10.22533/at.ed.2221918105	

### EXPERIÊNCIAS DIDÁTICO PEDAGÓGICAS

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
MUSICALIDADE NA INFÂNCIA – PROJETO: MÚSICA, SOM E ANIMAÇÃO!	
Camila Rodrigues dos Santos	
Pricila Karianne Holanda Nascimento	
Edinalva Ribeiro Pimentel Urbano	
DOI 10.22533/at.ed.2221918106	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA E AS EXPERIÊNCIAS SE SUCESSO NOS CENTROS DE REFERENCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL DE JOÃO PESSOA	
Francineide Ribeiro Viana Santos	
Lindinalva de Alcântara Correia	
Maria da Conceição Pereira Ferreira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2221918107	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>70</b>
PINTURA A DEDO: UMA POSSIBILIDADE DE TRABALHO SIGNIFICATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Yaeko Nakadakari Tshako Stela Miller	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2221918108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>84</b>
CONTRIBUIÇÕES DO CONTO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Ana Claudia Tenor	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2221918109</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>91</b>
“PRIQUITO” OU PERIQUITO? EIS A QUESTÃO!	
Elisângela de Oliveira Baracho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>103</b>
A MEDIAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Edla Barbosa Cavalcanti de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>107</b>
EU SOU UM DINOSSAURO: VIVENCIANDO EXPERIÊNCIAS COM OS ANIMAIS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	
Alexandra Barbalho Rodrigues dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>114</b>
O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A REFLEXÃO DO FAZER DOCENTE	
Josélia Praxedes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>119</b>
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO BERÇÁRIO	
Maria do Socorro Gomes Oliveira de Medeiros Ivanise Lira Albuquerque dos Santos Waldenira Cavalcante de Almeida Montenegro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181014</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>124</b>
VIVENCIANDO NA ROTINA DIÁRIA A PRÁTICA DE VALORES HUMANOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CARÁTER DAS CRIANÇAS DO INFANTIL III	
Karla Gerlânia Pereira Idária Gomes Landim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181015</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>128</b>
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Martha Sousa Brito Pereira	
Leandro Nogueira Dias	
Monyka Brito Lima dos Santos	
Edeane Silva de Sousa	
Lara Vanessa Alves de Sousa	
Gerlani Soares da Silva Nunes	
Antonia Vilma Matias de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>138</b>
UMA EXPERIÊNCIA COM O TRABALHO DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Ana Claudia Tenor	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181017</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>149</b>
EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO NO ASSENTAMENTO VILA AMAZÔNIA	
Rosana Ramos de Souza	
Luiz Bezerra Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22219181018</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>161</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>162</b>

## FORMAÇÃO CONTINUADA, UMA NECESSIDADE PERMANENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PNAIC

### **Camila Rodrigues dos Santos**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd/UFRN)

Professora da Rede Municipal de Parnamirim e Natal-RN

### **Elda Silva do Nascimento Melo**

Pós doutora em Educação pela Universidade de Valencia/UV/Espanha

Professora do Dep. de Práticas Educacionais e Currículo e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd/UFRN)

**RESUMO:** Neste capítulo, realizamos uma análise do Programa de Formação Continuada do Governo Federal o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Nosso estudo tem como objetivo compreender o programa de formação continuada PNAIC. Para isso, optamos por uma análise documental e literatura acerca da Formação Continuada e dessa Política Pública de Formação continuada. Esse trabalho é um recorte da dissertação intitulada: As Representações Sociais sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa – PNAIC: o olhar dos (as) professores (as) alfabetizadores (as) do município de Natal-RN. Partimos da premissa de que a formação docente se torna cada vez mais relevante e, de que, historicamente, é marcada por avanços e retrocessos. A profissão docente é complexa,

pois são diversos os fatores que constituem o processo de ensino/aprendizagem em uma sala de aula. Assim é necessário repensar as estratégias e metodologias para formação de professores(as) em nosso país. Os resultados encontrados contribuem para se compreender o PNAIC em uma perspectiva de política pública de um governo neoliberal.

**PALAVRA-CHAVE:** Formação Continuada. PNAIC. Professores(as).

### CONTINUING EDUCATION, A PERMANENT NECESSITY IN BASIC EDUCATION: THE PNAIC

**ABSTRACT:** In this chapter, we conducted an analysis of the Program of Continuing Education of the Federal Government the PNAIC – National Pact for Literacy in the Right Age. Our study aimed to understand the program of continuing education PNAIC. For this aim, we opted for a documental analysis and literature on Continuing Education and this Public Policy of Continuing Education. This study is an excerpt from the dissertation titled: The Social Representations on the National Pact for Literacy in the Right Age – PNAIC: The Look of the Literacy Teachers in the City of Natal-RN. We started from the premise that the teacher education has become increasingly relevant, and it is historically marked

by advances and setbacks. The teaching profession is complex because there are several factors which constitute the teaching/learning process in a classroom. Thus, it is necessary to rethink the strategies and methodologies for the teaching education in our country. The results of our study contribute to understanding the PNAIC in a public policy perspective of a neoliberal government.

**KEYWORDS:** Continuing Education. PNAIC. Teachers.

## 1 | INTRODUÇÃO

Nosso estudo está direcionado à área da educação, em que escolhemos evidenciar dois importantes campos do conhecimento: a formação e a profissionalização docente no âmbito da Educação Básica, cuja escolha de nossa temática de estudos contempla a formação continuada de professores alfabetizadores, especificamente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, um programa presente em todo país, oriundo de políticas públicas educacionais, que tem por finalidade alfabetizar todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade.

Nossos estudos e reflexões sobre o percurso histórico da formação docente no Brasil foram fontes para compreensão da formação continuada como um importante recurso para a prática docente, a pesquisadora, enquanto participante do PNAIC no ano letivo de 2013, vivenciou situações em que pôde observar, nas narrativas de experiências compartilhadas por alguns professores, discursos sobre o papel do professor e o fazer docente, fundamentados, por vezes, em práticas conservadoras, possivelmente pelas quais esses professores foram alfabetizados, o que trouxe em pauta os questionamentos acerca das contribuições que esse tipo de programa de formação continuada traz para melhoria da educação pública brasileira.

Trazemos no decorrer do trabalho algumas considerações – teóricas – acerca de formação continuada e – legais – relativas a formação do PNAIC, em seguida apontaremos algumas discussões relativas ao programa e sua possível efetividade.

## 2 | A FORMAÇÃO CONTINUADA - UMA NECESSIDADE PERMANENTE

Em nossa fundamentação teórica, buscamos pensar na formação inicial e continuada como fundamental na formação docente, por prover conhecimentos necessários para a prática profissional. Em Gauthier (1998) encontramos uma reflexão ímpar acerca da profissionalização do ofício de ensinar. Para ele:

Uma das condições essenciais a toda profissão é a formalização dos saberes necessários à execução das tarefas, que lhes são próprias. Ao contrário de vários outros ofícios que desenvolveram um corpus de saberes, o ensino tarda a refletir sobre si mesmo (GAUTHIER, 1998, p.20).

Nesta mesma perspectiva, consideramos que a formação inicial é fundamental na formação do sujeito, professor, por prover conhecimentos necessários para a

prática profissional. Contudo, ela não é suficiente, pois a formação do sujeito, enquanto processo, nunca se encerra. E, na educação, novas estratégias e concepções são construídas constantemente em torno do ato de ensinar.

o professor em formação acadêmica adquire um conjunto de saberes técnicos e teóricos referentes a sua profissionalidade, porém distantes do ambiente escolar sobre o qual atuará futuramente, uma vez que essa formação privilegia o corpus teórico, e essa teoria não está sendo socializada aos futuros professores no chão da escola, onde o cotidiano diuturnamente é produzido e reproduzido (SILVA, 2009, p. 24)

Diante o exposto, percebe-se que os professores não trabalham exclusivamente com os conhecimentos científicos, mas com improviso na ação, como uma ampliação da prática profissional decorrente do período de seu curso de formação inicial. Nessa concepção, o saber docente é mais do que o saber teórico que recebemos na licenciatura. O saber docente é uma conjunção do saber teórico contextualizado em uma ação, desvelado nas situações cotidianas da profissão e que mobiliza recursos cognitivos e saberes da experiência docente.

Nessa perspectiva, ressaltamos a fundante necessidade de formação continuada, essa com uma nova perspectiva de formação profissional docente. O processo de entendimento e percepção da necessidade de formação continuada está incorporada, de antemão, às concepções de um grande número de professores comprometidos com a educação. Muitos docentes, ao iniciarem suas práticas em sala de aula, sentem a necessidade de uma formação mais qualificada, sentem que precisam buscar por formações continuadas para conseguirem atuar de forma efetiva no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Para Imbernón (2009), a formação continuada é uma importante estratégia para consolidar uma melhor relação entre teoria e prática docente. Nesse sentido, o autor destaca que “para a formação permanente do professorado será fundamental que o método faça parte do conteúdo, ou seja, será tão importante o que se pretende ensinar quanto a forma de ensinar” (IMBERNÓN, 2009, p. 9).

A formação continuada ou, como na definição de Imbernón (2009), formação permanente, contribui para a ressignificação dos saberes e da prática docente, privilegiando competências emergentes capazes de orientar essa formação, o que só será possível a partir de políticas públicas e programas que objetivem a formação que articule os conteúdos teóricos e as práticas docentes.

Pimenta (1997), em suas abordagens relativas à formação docente inicial, diz ser esta responsável por poucas contribuições para formar uma identidade docente, visto o uso de um currículo com conteúdos distantes da realidade das escolas, considerando, dessa forma, a importância da formação continuada

No que se refere à formação contínua, a prática mais frequente tem sido a de realizar cursos de suplência e/ou atualização dos conteúdos de ensino. Esses programas têm se mostrado pouco eficientes para alterar a prática docente e, conseqüentemente, as situações de fracasso escolar, por não tomarem a prática docente e pedagógica escolar nos seus contextos (PIMENTA, 1997, p. 5).

A autora nos leva a refletir que, em ambas as formações, as práticas são pouco efetivas e precisam ser transformadas para mudança do fazer do professor, considerando a necessidade de uma formação para uma nova identidade docente que mobilize os saberes da experiência para propor novas práticas.

Tal assertiva demonstra o quanto a formação continuada é visceral, pois o professor precisa estar convicto do seu fazer e de como fazer, para garantir uma educação de qualidade, apoiado pelas políticas públicas que devem oferecer possibilidades para uma ação transformadora.

Nessa perspectiva ressaltamos a importância do papel das políticas públicas como apoio à formação dos professores, esclarecemos que o Ministério da Educação – MEC, atualmente coloca à disposição uma série de programas e cursos de formação continuada direcionada aos profissionais da educação. Esses programas visam atender à necessidade dessa formação após o início da vida profissional, neste recorte especificaremos o PNAIC.

### 3 | O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa nacional, visto como um compromisso formal em que o governo federal, os estados e municípios assumem compromisso para que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 (oito) anos de idade, o que equivale ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Os entes governamentais, quando aderem ao Pacto, se comprometem a:

I. Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática. II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental. III. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação (BRASIL, 2013, p. 11).

Essa organização está ilustrada no esquema a seguir:

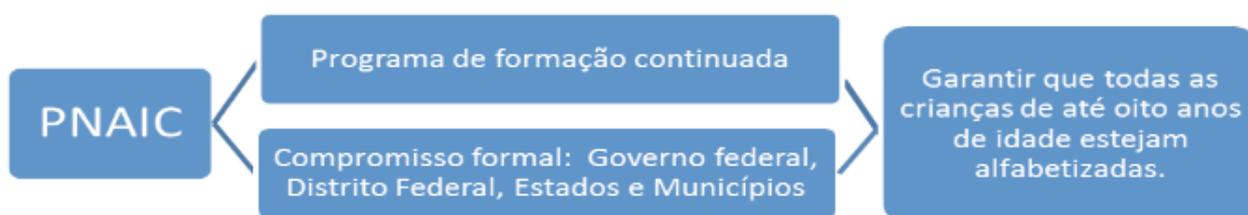


Figura 01: Organização do PNAIC

Fonte: Elaborado pela autora

Esse compromisso está estabelecido por meio do Decreto nº 6.094/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito

Federal e Estados, e em conjunto e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, com a finalidade de mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. No artigo 2º inciso II, define-se a responsabilidade dos entes governamentais de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”. Tal argumentação é reforçada no PNE, na Meta 5, a qual trata deste mesmo aspecto, determinando a necessidade de “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental”.

O PNAIC tem por objetivo formar os professores para a primeira etapa da educação básica, fase primordial para a formação de indivíduos críticos, responsáveis e atuantes na sociedade, professores que identifiquem a necessidade de formação docente de qualidade para “garantir a alfabetização das crianças” (BRASIL, 2012, p. 09) no que consideram a idade certa.

Com ações integradas que tem como principal objetivo a alfabetização e o letramento, um conjunto de referências curriculares e pedagógicas foram disponibilizados pelo Ministério da Educação, que tem como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores.

Acerca da legislação que regulamenta o PNAIC, a portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, bem como suas ações enquanto Pacto e a definição das diretrizes gerais em concordância com a resolução do MEC:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso II, parágrafo único da Constituição Federal, e considerando o disposto nas Leis no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, e no art. 2º do Decreto no 6.094 de 2007, no art. 2º do Decreto no 6.755 de 2009 e no art. 1º, parágrafo único do Decreto no 7.084 de 2010, resolve: Art. 1º Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico[...]. (BRASIL, 2012, p. 1)

De acordo com o Plano Nacional da Educação – PNE vigente, em consonância com a Constituição Federal de 1988, encontramos a determinação para a elaboração de acordos e planos em regime de colaboração e com ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, com a finalidade de assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo aos princípios fundamentais da educação brasileira:

I- À erradicação do analfabetismo; II- à universalização do atendimento escolar; III- à melhoria da qualidade do ensino; IV- à formação para o trabalho; V- à promoção humana, científica e tecnológica do país. (BRASIL, 1988, Art. 214)

A regulamentação do PNAIC foi determinada, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/1996, quando esta deixa a cargo

da União, em colaboração com Estados e Municípios, a incumbência de organizar o PNE com vigência decenal. Assim, com a portaria nº 1458/2012, foram definidas as categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Pacto. Posteriormente, a portaria nº 90 de 2013, definiria o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores.

O Senado aprovou o PNAIC em 26 de março de 2013, depois de diversas discussões e várias tentativas de mudanças no que se refere à questão de a idade de 8 anos ter sido definida como a idade certa. A não aprovação da proposta para essa faixa etária, segundo o MEC, poderia prejudicar os 5 (cinco) mil convênios anteriormente firmados com as prefeituras.

De acordo com MEC, o ciclo de alfabetização entende a importância da continuidade dos trabalhos durante os três primeiros anos do Ensino Fundamental, para garantir condições mais seguras dos planejamentos em longo prazo, especialmente, para o trabalho com as aprendizagens mais complexas. Não se trata apenas de alfabetizar no sentido mais literal da palavra, o MEC aponta que “aos oito anos de idade, as crianças precisam, portanto, ter compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafo fônicas” (BRASIL, 2012, p. 8), considerando também como relevante a fluência na leitura e o seu domínio quanto a estratégias interpretativas e de produção textual. Não basta dominar o sistema de escrita alfabética, mas desenvolver habilidades para fazer uso do mesmo de diversas formas, em distintas situações de comunicação.

Conforme aponta o Censo 2010 do IBGE<sup>1</sup>, no Brasil, a taxa de analfabetismo das crianças brasileiras estava em nível de 15%, aproximadamente. Considerando a região Nordeste, 25,4% e o nosso estado, o Rio Grande do Norte, apresentou taxa de 26,9%. Esses índices impressionam e reclamam uma mudança significativa no sistema de educação.

O programa iniciou as formações através do PNAIC de Alfabetização em Língua Portuguesa, organizado por turmas em que os professores foram divididos pelo ano o qual lecionavam. Incorporado ao programa, o MEC realizou a distribuição de recursos materiais voltados para a alfabetização e o letramento, articulados pela formação do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, do Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE e Jogos Pedagógicos com intuito de ampliar a quantidade e a diversidade de materiais oferecidos, a exemplo de livros e jogos para uso em sala de aula, objetivando acrescentar outros recursos didáticos.

A primeira formação do PNAIC ocorreu no ano de 2013. Participaram da formação, em nível nacional, mais de 360 (trezentos e sessenta) mil professores alfabetizadores, em seus respectivos municípios de atuação.

As formações sucedem na modalidade presencial e contínua e, a princípio, teria a duração de 2 (dois) anos, com tutoria permanente, com encontros quinzenais e

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

conduzidos pelos Orientadores de Estudo. Os conteúdos têm como foco as práticas pedagógicas em sala de aula, a partir do aporte dos direitos de aprendizagem para cada etapa.

Os orientadores de estudo que atuaram como formadores locais correspondem a 18 (dezoito) mil, os quais recebiam a formação concomitantemente aos professores alfabetizados. Sua formação acontecia nas 36 universidades públicas parceiras e seus cursos contavam com carga-horária de 200 horas.

De acordo com a Portaria nº 90/2013, os participantes do curso de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores receberam uma bolsa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, contudo os valores referentes às bolsas sofreram algumas alterações, posteriormente, através da portaria nº 154/2016, a qual fixa os valores de bolsas para todos os envolvidos.

Por meio da parceria com o PNLD, foram distribuídos mais de 60 (sessenta) milhões de livros didáticos para os 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, além dos jogos pedagógicos para o apoio à alfabetização, que estariam dispostos nas salas de aula de 1º e 2º ano. Os livros de literatura (bibliotecas para cada turma de alfabetização – cantinho da leitura), por meio do PNBE, que foram distribuídos, inclusive para crianças com deficiência, deveriam ser organizados em sala de aula em um cantinho da leitura.

Considerando os resultados aferidos pelas avaliações, o Ministério da Educação publicaria um edital informando os critérios para premiação e reconhecimento aos professores, escolas e redes de ensino que mais avançassem quanto à alfabetização de suas crianças. Porém, até a presente data este edital não havia sido lançado.

Os responsáveis pela gestão e mobilização se organizaram em um arranjo institucional, envolvendo um Comitê Gestor Nacional, Fóruns Estaduais de Coordenação Institucional, Coordenações Estaduais e Coordenações Municipais. No estado do Rio Grande do Norte, o professor Dr. Jefferson Fernandes Alves é o presidente do COMFOR<sup>2</sup>/UFRN e a professora Dra. Denise Maria de Carvalho Lopes é Coordenadora geral do PNAIC/RN. A Coordenação Municipal de Natal, no primeiro ano do PNAIC/2013 estava sob responsabilidade da professora Carmélia Xavier.

Para gestão e mobilização, o PNAIC conta com o próprio sistema informatizado de monitoramento, o SisPacto – Sistema de monitoramento para curso de formação para os Orientadores de Estudo vinculados do PNAIC. No que se refere ao controle social e mobilização, aconteceram reuniões periódicas com Conselhos de Educação, Conselhos Escolares e pais, visando o acompanhamento da aprendizagem das crianças. Seguindo o direcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais DCN n. 02/2015, a ênfase era de que a formação continuada deveria se efetivar por meio de projeto formativo, tendo por eixo a reflexão crítica sobre as práticas e o exercício profissional e a construção identitária do profissional do magistério.

2. Comitê Gestor Institucional de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica.

A rede municipal de ensino de Natal aderiu ao PNAIC no ano de 2013. Participaram do programa 19 (dezenove) orientadores, os quais fizeram o curso de formação. Dos alfabetizadores, 500 (quinhentos) professores foram qualificados a participar do programa e, conseqüentemente, mais de 12.500 (doze mil e quinhentas) crianças foram beneficiadas pelo programa.

O PNAIC, desde seu primeiro ano até 2017, passou por mudanças, desenvolvendo-se a partir de um processo de formação, em cursos presenciais. Em seu primeiro ano, 2013, os professores participaram de um curso com carga horária de 120 horas, tendo como objetivo principal a articulação entre diferentes componentes curriculares, com ênfase em Linguagem. As estratégias formativas priorizadas contemplam atividades de estudo, planejamento e socialização da prática. No ano de 2014, o curso ampliou sua duração para 160 horas, objetivando o aprofundamento e ampliação de temas tratados no ano anterior e estabelecendo a articulação entre diferentes componentes curriculares, dessa vez com ênfase em Matemática. Já em 2015, foram implantadas ações do programa em todas as áreas do currículo da Educação Básica, em âmbito nacional. Porém, a carga horária foi reduzida a 80 (oitenta) horas.

Os professores alfabetizadores que participaram e participam do curso de formação precisam cumprir alguns critérios como: estarem no Censo Escolar dos anos anteriores à execução do curso; lecionarem na rede pública em qualquer ano; suas formações iniciais devem ser compatíveis com o exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental e, no ano da vigência do curso, estejam ministrando aula em turmas do 1º, 2º e/ou 3º ano do Ensino Fundamental e/ou nas classes multisseriadas, as quais possuem alunos desses anos.

No ano de 2016, mais três portarias foram divulgadas no Diário Oficial. A portaria nº 153/2016, que altera a primeira, nº 867/2012; a portaria nº 369/2016, que institui o SINAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; e a portaria nº 155/2016, que altera a nº 1458/2016, definindo categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O PNAIC passa a fazer parte da legislação por meio do decreto nº 8.752/2016, o qual dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, no seu artigo 12, tratando do Planejamento Estratégico Nacional que deverá prever programas e ações integrados e complementares relacionados à diversas iniciativas, sendo uma delas a de formação continuada no contexto dos pactos nacionais de desenvolvimento da educação básica.

Em 2016 sob a portaria nº 1.093, de 30 de setembro de 2016, assinado pelo ministro da educação, o deputado federal José Mendonça Bezerra Filho, que assumiu o Ministério da Educação em maio de 2016. Essa portaria, em seu Art. 1º, revoga a Portaria do MEC n. 1.094, de 27 de novembro de 2015, bem como as Portarias MEC n. 153, n. 154 e n. 155, todas de 22 de março de 2016. Antes de discutirmos as

novas alterações do PNAIC 2016, analisaremos algumas pesquisas nos parágrafos seguintes.

De acordo com quadro abaixo, podemos evidenciar a abrangência do programa, uma vez que ele objetiva atender todas as escolas da rede pública nacional, na proposta de um grande pacto, posto que nosso país tem 400.069 turmas de 1º ao 3º ano. Os professores dessas turmas são o alvo desse programa, assim, evidenciamos mais uma vez sua importância, na busca de diminuir a desigualdade dos resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em função dos estados e municípios.

<b>NÚMEROS DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO</b> (Censo Escolar 2011)	
Número de escolas com matrículas no 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/multietapa	108.733
Número de turmas do 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/multietapa	400.069
Número de matrículas do 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/multietapa	7.980.786

Quadro 01 – Números do Ciclo de Alfabetização

Fonte: Inep, Censo Escolar 2011

Em âmbito local, mais precisamente no município de Natal, destacamos, de acordo com o painel educacional municipal organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, o resultado da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) do ano de 2014. No quadro 02 destacamos o quantitativo de alunos atendidos no município de Natal e no estado do RN, indicando a grande abrangência do programa.

<b>QUADRO DE REFERÊNCIA</b>		
	Escolas	Matrículas
<b>Rede</b>		
Rede Estadual situada no seu Município (REM)	61	10.813
Rede Municipal (RM)	62	22.182

Quadro 02 – Referência do Município de Natal

Fonte: Site <http://ana.inep.gov.br/ANA>

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é responsável por aferir a qualidade da educação brasileira e, a partir dos dados, pensar em estratégias para contribuir para a melhoria da educação. O Saeb é composto por três avaliações externas de larga escala: a Prova Brasil; a Avaliação Nacional da Educação Básica

(Aneb), essa é censitária e contempla estudantes das redes públicas e privadas do Brasil, nas áreas urbanas e rurais, que estejam matriculados no quinto ano e no nono ano do ensino fundamental e no terceiro ano do Ensino Médio; e a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, que também é censitária e abrange todos os estudantes do terceiro ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. Cada instituição tem acesso à sua avaliação de forma privativa no site do Inep. Como o PNAIC atende aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, seu resultado está diretamente relacionado aos resultados do Saeb. Utilizando-o como fonte de dados, o Saeb 2015, apresenta os primeiros resultados. Visto que o programa foi iniciado em 2013, a avaliação de 2015 já contempla alunos que tiveram professores participantes do primeiro ano do programa.

O MEC divulgou, em 2015, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O resultado demonstra que o Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano), que tinha como meta prevista alcançar um índice de 5,2, obteve 5,5. De acordo com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), nesta etapa são 117,9 mil escolas e 15,5 milhões de alunos, considerando a rede pública e a rede privada. Ainda de acordo com a instituição, 82,5% dos alunos desta etapa pertencem à rede pública municipal, demonstrando, desta forma, um resultado positivo em que se evidenciam os avanços da educação. Quanto a nosso estado, podemos evidenciar um avanço com evolução da média de 178, em 2013; para 190, em 2015, de acordo com o gráfico 01 apresentado abaixo.

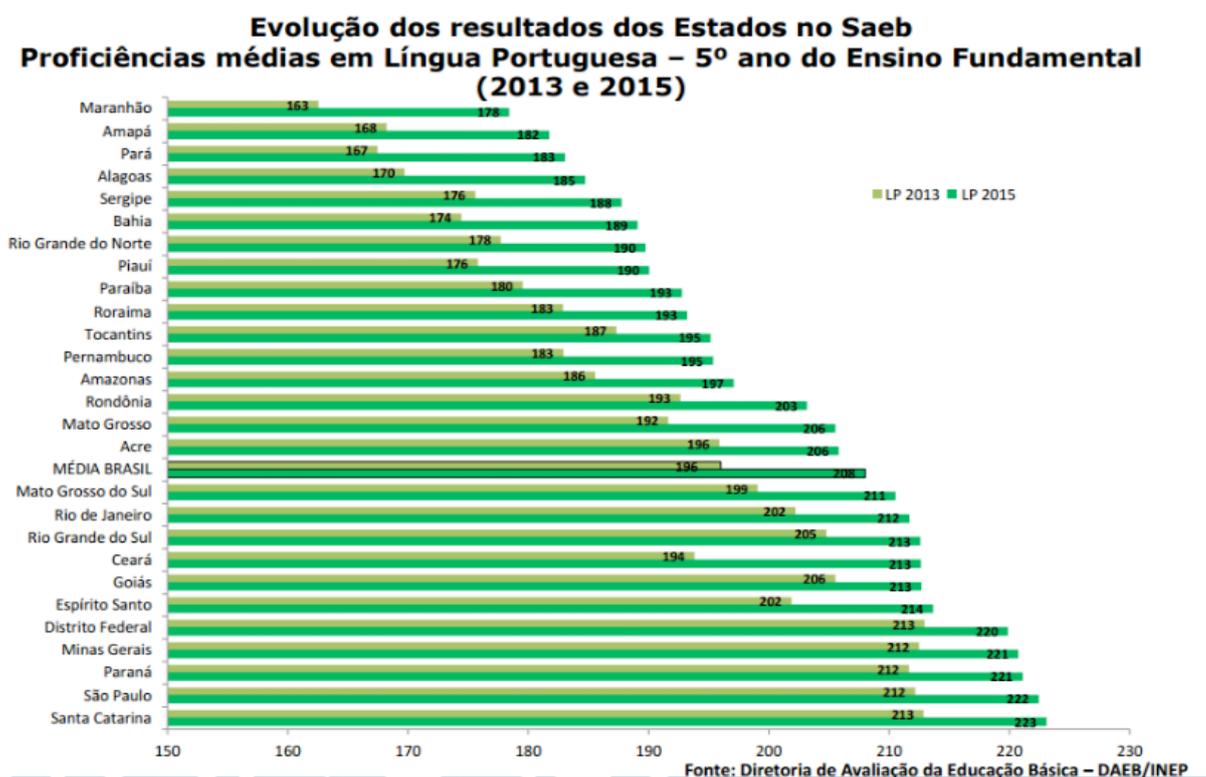


Gráfico 01 – Evolução dos resultados no SAEB de acordo com Estados.

Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB/INEP

Os resultados demonstram que o Rio grande do Norte, assim como grande parte dos estados da região Nordeste, tem média inferior à média nacional, que é de 208 pontos. O gráfico 02 demonstra a disparidade entre as regiões brasileiras, evidenciando a necessidade e importância de um programa de abrangência nacional como o PNAIC.



Gráfico 02 – Resultado do SAEB em Língua Portuguesa

Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB/INEP

Embora esses resultados apresentem índices relativos a estudantes que tiveram professores que participaram do PNAIC, é necessário destacar que tais resultados não podem ser atribuídos apenas a um único programa. No caso específico da formação docente, é necessário um cuidado em relação a uma visão simplista, uma vez que debates sobre a formação continuada e a alfabetização estão em campos muito complexos e demandam uma discussão histórica e sociocultural.

Já ao final de 2016, foi anunciado pelo Ministério da Educação que o programa havia sido aperfeiçoado e voltava ao desenho inicial, recebendo, então, a titulação “PNAIC em Ação 2016”. Segundo dados do próprio MEC, houve um investimento de R\$ 340,2 milhões na capacitação de 310 mil alfabetizadores de todo o Brasil. Por isso, foi determinado pela Portaria n. 1.093/2016, a supressão da formação dos professores do 4º ao 9º ano, a qual era ofertada em serviço, ou seja, uma formação continuada direcionada às dificuldades de aprendizagem dos alunos, considerando os resultados da ANA. Esses dados individualizados de cada escola eram as fontes iniciais para diagnosticar as lacunas dos alunos e pensar a formação para 2016.

No município de Natal, o PNAIC 2016, de acordo com a coordenadora local, esteve organizado para atender 63 instituições de ensino, contando com 13 orientadores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC de Natal,

tendo inscrito 387 professores e 49 Coordenadores Pedagógicos, os quais faziam o acompanhamento das atividades docentes.

A carga horária de formação no ano de 2016 foi de 100 horas, diferenciando-se dos anos anteriores: 2013, 120 horas; 2014, 160 horas; e 2015, 80 horas. As temáticas foram diferenciadas a cada ano, organizando-se da seguinte forma:

- 2013: Linguagem e direitos de aprendizagens das demais áreas de conhecimento;

- 2014: Linguagem e Matemática;

- 2015: História, Geografia e Ciências;

- 2016: Diagnóstico das aprendizagens e Avaliação.

O PNAIC, enquanto programa de formação continuada, estava em seu quarto ano de execução desta pesquisa 2016, o mesmo teve duração até 2018. Em 2019 um decreto Nº 9.765 / 2019, institui a Política Nacional de Alfabetização e não determina nenhum programa específico para atender a essa nova política.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se discute os resultados de iniciativas, como esta do PNAIC, devemos analisar com cautela e diante de um olhar crítico, uma vez que são inúmeras as variáveis que interferem na qualidade da educação. Kramer (2001) nos faz pensar sobre alternativas equivocadas que remetem à esperança de se resolver os problemas educacionais, problemas esses oriundos de uma história de formação docente repleta de avanços e retrocessos. A superação do analfabetismo, perpassa a necessidade de salários e condições dignas de trabalho, com avanços na carreira e projetos de formação permanente aos professores, pois a falta de condições materiais objetivas leva os professores a terem dificuldade de se tornarem profissionais intelectuais e críticos.

Como também existe a necessidade de um compromisso político, segundo Rocha, Mourão e Bissoli (2014), o “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é uma política de formação docente no Estado de concepção neoliberal”, as autoras em sua pesquisa analisaram o PNAIC como uma política de formação docente em um Estado Capitalista Neoliberal, por meio de uma pesquisa bibliográfica realizada a partir de leituras e fichamentos de artigos. No seu estudo encontraram bases para compreender a política pública do PNAIC inserido em um estado de ideologias neoliberais, onde com a criação de políticas públicas educacionais se objetiva reverter o quadro brasileiro da educação, em que a partir dos resultados não satisfatórios do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e outros.

As autoras Rocha, Mourão e Bissoli (2014) tem a pretensão de consolidar um sistema nacional de educação com bases afeitas à ênfase mercadológica, com a

perspectiva que o Estado e a iniciativa privada assumem para si o “governo da educação”, com objetivo de controlar a profissionalização e o trabalho docente, partindo dos sistema de avaliação em larga escala externo às escolas, do financiamento e da definição de currículos.

Na visão sobre Estado de Marx e Engels, em que o Estado representa a classe social dominante que se apodera do poder para seus interesses, em que o Estado, nas obras históricas de Marx, constitui o alvo primordial da luta política exatamente por concentrar um enorme ‘poder decisório’ e uma significativa capacidade de alocação de recursos. Apontando que a função do Estado, em uma sociedade dividida em classes, é conservar e reproduzir essa divisão de maneira que os interesses comuns da classe dominante passem a ser considerados interesses comuns de toda a sociedade. O Brasil, assim como grande parte das nações do mundo, é um Estado Capitalista, e desde a década de 1990, um Estado Capitalista Neoliberal, especialmente, a partir de 1992 com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Por isso, segundo Evangelista (2012) e Frigotto (2011) uma vez que refletimos sobre a concepção de Estado na relação com a criação de políticas públicas, entendendo que as recentes reformas educacionais ocorridas no Brasil deram-se no bojo da reestruturação do Estado Capitalista, a partir do governo FHC e mantido em muitos aspectos no governo Lula. Não podemos deixar de considerar que muitas dessas políticas são postas para suprir necessidades determinadas pelo Banco Mundial, em que compreendemos com a visão de Soares (1998) a importância do Banco Mundial que vai além do volume de seus empréstimos, como tem abrangência nas áreas de atuação, como no caráter estratégico, onde desempenha no processo de reestruturação neoliberal junto dos países em desenvolvimento, através das políticas de ajuste estrutural.

Para pensarmos no programa base de nossos estudos, buscamos nas pesquisas de Luz e Ferreira (2013), que o PNAIC seria um programa que surge como uma forma de reverter os resultados negativos obtidos no Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB), pois no ano de 2003 os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresentaram um desempenho em nível crítico nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. As autoras consideram que Pacto esteja inserido na lógica neoliberal, visando atender as demandas mercadológicas, configurando-se em uma política com objetivo de melhorar os índices nas avaliações nacionais e internacionais no que se refere à qualidade da Educação brasileira.

Precisamos pensar que mesmo enquanto uma política de índices, evidenciamos como sua proposta apresenta aspectos teóricos metodológicos para o desenvolvimento da alfabetização, um ponto importante está na obrigatoriedade da participação de todos os professores em âmbito nacional e na oferta de bolsa para essa participação. Sendo implementado por um governo de colisões e articulações para as camadas populares e que nossas análises anteriores apontam um nas avaliações de dimensão neoliberal, como no caso da SAEB que apontam evoluções

nos resultados das avaliações.

Ressaltamos, porém, que para consubstanciar-se em uma educação de qualidade é preciso muito mais que uma sólida e contínua formação dos professores. Há inúmeras outras variáveis que interferem na qualidade da educação ofertada em nosso país. Porém, acreditamos que programas como o PNAIC pode contribuir para melhorar a formação docente, no âmbito da educação básica, e, especialmente, na melhoria da qualidade do processo de alfabetização dos discentes em todo o país.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Básica. **MEC integra programas para intensificar a alfabetização**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211noticias/218175739/35051-mec-integra-programas-para-intensificar-a-alfabetizacao>>. Acesso em Abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. INEP. **Censo escolar da educação básica 2013** - Resumo técnico. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Legislação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** [online] Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portal do MEC – Apresentação em Power Point [Internet] **Pacto Nacional pela Educação na Idade certa**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11898-pacto-apresentacao-planalto-07nov12-v3-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11898-pacto-apresentacao-planalto-07nov12-v3-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Educação na Idade certa: formação do professor alfabetizador: Caderno introdutório**. Ministério de Educação e Cultura. Brasília: MEC, SEB 2012.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 [recurso eletrônico]: **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125) Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

EVANGELISTA, Olinda. Políticas públicas educacionais contemporâneas, formação docente e impactos na escola. In: ALMEIDA, Maria Isabel de [et al.]. **Políticas educacionais e impactos na escola e na sala de aula [recurso eletrônico]**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012 (p. 39-51).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 46, p. 235-254. jan-abr. 2011.

GAUTHIER, Clermont. **Por uma Teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Tradução Francisco Pereira de Lima. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1998.

IMBERNÓN. **Formação Permanente do professorado**: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA. InepData - Consulta de Informações Educacionais. Painel Educacional Municipal – Natal/RN. Disponível em: <<http://ana.inep.gov.br/ANA>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política** Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Vol. I, Tomo 2. São, Paulo: Abril Cultural, 1984.

PIMENTA, Selma. Formação de professore:- saberes da docência e identidade do professor. **Revista Nuances**. v.3, p.5-14, set.1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Secretária da Educação. **Quadro das escolas municipais e CEMEI**s. Assessoria de Planejamento e Avaliação – APA. Disponível em: <<http://natal.rn.gov.br/sme/paginas/ctd-421.html>>. Acesso em: XX mar. 2016.

ROCHA, Sônia Cláudia Barroso da; MOURÃO, Arminda Rachel De Botelho; BISSOLI, Michelle De Freitas. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa como uma política de formação docente no estado de concepção neoliberal. In: **II Congresso Nacional de Formação de Professores XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**. São Paulo, 2014, p. 8032-8044. Disponível em: <[http://200.145.6.217/proceedings\\_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/703.pdf](http://200.145.6.217/proceedings_arquivos/ArtigosCongressoEducadores/703.pdf)>. Acesso em 27 jan.2017.

SILVA, Marilda da. **A complexidade da formação de professores**: saberes teóricos e saberes práticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – Undime/ES. **MEC divulga resultados do Ideb 2015**.Disponível em: <<http://undime.org.br/noticia/09-09-2016-09-27-mec-divulga-resultados-do-ideb-2015>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **PNAIC terá continuidade em 2016**. Disponível em: <<http://es.undime.org.br/noticia/14-09-2016-12-43-pnaic-tera-continuidade-em-2016>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS** - Pedagoga pela Universidade Potiguar (UnP) em 2009, especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais pela UnP (2010). Em 2017 se torna Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e inicia o Doutorado no mesmo programa e universidade em 2019, na linha de Pesquisa: Educação, Representações e Formação Docente. Atualmente é Coordenadora Pedagógica na rede Municipal de Natal em uma escola de Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental I, professora na Educação Infantil na rede Municipal de Parnamirim em Escola de Ensino Infantil, professora da pós-graduação lato sensu em Educação na UnP. Avaliadora da revista Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB. Com experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-aprendizagem e Administração Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação básica, ensino superior, alfabetização, formação e profissionalização docente. Desenvolve pesquisas sobre formação de professores, profissionalização docente, representações sociais e políticas públicas educacionais. O Centro de Educação Infantil ao qual atua, recebeu em 2018 a certificação do PEA- Programa de Escolas Associadas da (UNESCO) com um projeto ao qual foi professor participantes. Como autora de livros participou da organização do livro “BNCC em debate: Como fica a docência?” em 2019 e em 2017 da organização do E\_Book “Interdisciplinaridade e Ensino: saberes docentes, desafios da prática”. Tendo publicações relevantes de alguns capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais. Contato: mila.rodrigues.sts@gmail.com

**ELDA SILVA DO NASCIMENTO MELO** - Pós doutora em Educação pela Universidade de Valencia/UV/Espanha (com apoio da CAPES). Professora do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo e do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da UFRN. Foi Coordenadora de Gestão Educacional do PIBID/UFRN entre 2012 e 2015. Participa de grupos de pesquisa na área de Educação, assim como coordena projetos de pesquisa envolvendo temas como a Formação Docente, Teoria das Representações Sociais e Praxiologia de Pierre Bourdieu. Ministra as disciplinas de Estágio Supervisionado no curso Ciências Sociais e Pedagogia, atuando também como avaliadora de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Atualmente exerce os cargos de Pró-reitora Adjunta de Graduação e Diretora de Desenvolvimento Pedagógico – DDPEd da Pro-reitoria de Graduação da UFRN e, ainda, faz parte da Comissão Própria de Avaliação - CPA da UFRN. Suas áreas específicas de interesse incluem Formação Docente, Metodologias de Ensino e Aprendizagem e Representações Sociais. Contato: eldamelo@ufrnet.br

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 89, 139, 140, 141, 148, 161

Animais 12, 57, 93, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 144, 146, 147

Anos iniciais 44, 46, 49, 138, 141, 161

Aprendizagem 2, 6, 11, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 43, 47, 52, 53, 55, 56, 60, 62, 68, 69, 70, 71, 81, 83, 86, 88, 89, 92, 93, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 109, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 147, 148, 149, 161

Atendimento educacional especializado 128, 130, 131, 132, 133, 136, 137

Atendimento em sala de recurso 129

Atendimento especializado 129, 135

Autismo 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29

### B

Base Nacional Comum Curricular 11, 18, 63, 66, 85, 89, 102, 121, 123, 126, 127

Bebês 1, 119, 120, 121, 122, 123

Berçário 1, 3, 8, 86, 119, 122, 123

### C

Consciência fonológica 138, 139, 140, 141, 147, 148

Contos 6, 8, 84, 85, 86, 88, 89, 90

Coordenação pedagógica 52, 114, 116, 136

Crianças 1, 2, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 148, 155

### D

Diretrizes Curriculares Nacionais 43, 52, 53, 63, 109, 113, 126, 127

### E

Educação básica 18, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63, 65, 73, 103, 104, 125, 127, 130, 137, 155, 157, 161

Educação especial 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 156

Educação integral 124, 127

Educação matemática 30, 31, 32, 34, 35

Ensino de probabilidade 30, 31, 34

Envolvimento 16, 58, 88, 107, 108, 117, 127, 135

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 13, 18, 22, 23, 28, 29, 35, 39, 42, 47, 50, 56, 57, 59, 71, 76, 81, 86, 87, 89, 95, 101, 103, 104, 110, 112, 115, 116, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161

Escrita 2, 26, 42, 86, 88, 93, 96, 97, 112, 117, 132, 138, 139, 140, 141, 143, 146, 147, 148

Experiências 2, 3, 6, 8, 10, 11, 18, 22, 38, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 78, 80, 85, 89, 93, 101, 104, 105, 107, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 126, 127, 154, 160

## F

Formação continuada 17, 23, 28, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 82, 115, 116, 117, 132

Formação de professores 37, 51, 119, 120, 137, 154, 158, 160, 161

Formação do caráter 124, 125, 126, 127

## I

Inclusão 19, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137

Infância 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 15, 24, 52, 62, 65, 67, 69, 83, 103, 107, 109, 113, 122, 123, 157

## J

Jogo dramático 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

## L

LDB 22, 28, 50, 64, 65, 69, 125, 126, 129, 130, 135

Leitura 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 16, 42, 43, 67, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 97, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Linguagem oral 91, 92, 93, 100, 101, 140

Literatura 6, 9, 16, 37, 43, 54, 84, 85, 89, 90, 140

## M

Música 7, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 88, 97, 98, 99, 108, 141, 142, 146

## P

Parâmetros Curriculares Nacionais 33, 35

Pintura a dedo 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 82

PNAIC 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

Práticas pedagógicas 43, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 109, 119, 120, 121, 122, 126

Professores(as) 37

Programa 18, 29, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 58, 62, 125, 154, 157, 159, 160, 161

Projetos pedagógicos 103, 104, 106, 118

## R

Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil 54

Reflexão da prática 114, 115

Registro 75, 97, 99, 101, 104, 112, 113, 114, 116, 117

## V

Valores humanos 85, 124, 125, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-722-2



9 788572 477222